



233
[assinatura]

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo Legal no Agravo de Instrumento nº 0011580-28.2013.8.17.0000 (0318804-9)

Agravante: FUNAPE - FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Maria Raquel Santos Pires

Agravado: ANSELMO SOARES DE LIMA FILHO

Advogado(a): Antônio Fernando Rocha Cardoso OAB/PE 000834B

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. LCE 59/2004. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GERAL. EXTENSÍVEL A PENSIONISTAS E INATIVOS.

1. De início, não cabe falar em prescrição de fundo de direito, mas sim em prescrição quinquenal, estando prescritas apenas as parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu a propositura da demanda, uma vez que, em razão de o plano de fundo da presente contenda se subsumir a verbas remuneratórias, está-se diante de relações de trato sucessivo, surgindo-se uma nova pretensão a cada mês.

2. Já é entendimento pacífico no STF que os inativos e pensionistas têm direito à paridade de vencimentos com os servidores da ativa, considerando auto-aplicável tal preceito constitucional. Desnecessário, assim, discutir-se acerca da constitucionalidade do art. 14 da LC 59/04, inexistindo ofensa à cláusula de reserva de plenário.

3. Como cediço, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, nos termos do art. 8º da LCE nº 59/04, deve ser concedida aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da mesma lei, cumulativamente lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo.

4. Em outras palavras, o conteúdo destes dispositivos legais induz que a gratificação em lume, por incluir os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas, nada obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar nº 59/04.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 0318804-9 em que figura como agravante a FUNAPE - FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO e como agravado ANSELMO SOARES DE LIMA FILHO ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público, por maioria, em NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso, nos termos do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que passam a integrar este aresto.

Recife, 6 de maio de 2014.

[assinatura]
DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

223
r

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo Legal no Agravo de Instrumento nº 0011580-28.2013.8.17.0000 (0318804-9)
Agravante: FUNAPE - FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
Procurador(a): Maria Raquel Santos Pires
Agravado: ANSELMO SOARES DE LIMA FILHO
Advogado(a): Antônio Fernando Rocha Cardoso OAB/PE 000834B

RELATÓRIO

Vistos e examinados etc.

Trata-se de Recurso de Agravo Legal contra decisão monocrática desta relatoria proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0318804-9, que, com supedâneo no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao recurso apresentado pela Agravante que ia de encontro à jurisprudência dominante deste E. Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

A agravante alega, em síntese, a impossibilidade de incorporação nos proventos do agravado da gratificação de risco de policiamento ostensivo, tendo em vista que tal parcela é devida tão somente àqueles servidores da ativa que desempenham as atividades estatuídas na Lei Complementar nº 59/2004, em razão de sua natureza *propter laborem*.

Aduz que o art. 14 da Lei Complementar nº 59/04 veda expressamente a incorporação da referida gratificação aos proventos ou pensões dos militares que fazem jus à sua percepção, bem como, alega nulidade da decisão por violação à cláusula de reserva de plenário.

Requer, ao final, que esta relatoria reconsidere a decisão recorrida ou que apresente o recurso em mesa para julgamento perante a 1ª Câmara de Direito Público.

Não sendo caso de retratação, submeto o feito ao julgamento desta Câmara de Direito Público.

É o que, de relevo, se tem a relatar.

Recife, 6 de Maio de 2014.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

224

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo Legal no Agravo de Instrumento nº 0011580-28.2013.8.17.0000 (0318804-9)
Agravante: FUNAPE - FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Maria Raquel Santos Pires

Agravado: ANSELMO SOARES DE LIMA FILHO

Advogado(a): Antônio Fernando Rocha Cardoso OAB/PE 000834B

VOTO

Ante aos exatos argumentos suscitados no recurso voluntário, novamente socorro-me dos fundamentos encampados na decisão monocrática ora vergastada.

De início, destaco que não cabe falar em prescrição de fundo de direito, mas sim em prescrição quinquenal, estando prescritas apenas as parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu a propositura da demanda, uma vez que, em razão de o plano de fundo da presente contenda se subsumir a verbas remuneratórias, está-se diante de relações de trato sucessivo, surgindo-se uma nova pretensão a cada mês.

Em verdade, o substrato fático da lide é incontroverso, remanescendo em discussão questão exclusivamente de direito, concernente à extensão, ou não, aos inativos e pensionistas, da vantagem remuneratória denominada "gratificação de risco de policiamento ostensivo".

Pois bem.

A discussão de fundo já se encontra pacificada no plano local, consoante demonstram os precedentes a seguir, deste Tribunal:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DECISÃO TERMINATIVA. RECURSO DE AGRAVO. INTEGRALIDADE DE PENSÃO POR MORTE. ART. 40 CF/1988. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. POSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÃO DE JORNADA EXTRA. PROPTER LABOREM. IMPOSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE ATIVIDADE DE DEFESA CIVIL. BOMBEIROS MILITARES. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Pleiteia-se a o pagamento das pensões por morte nos valores que seriam devidos aos ex-servidores caso em atividade, incluindo-se as gratificações de Jornada Extra, de Risco de Policiamento Ostensivo, bem como a de Risco de Atividade de Defesa Civil. 2. A Gratificação de Jornada Extra de Segurança se refere à realização de trabalhos específicos, caráter propter laborem, portanto, inextensível aos inativos. 3. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, tem caráter de



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

225₄

generalidade, de tal forma que deve ser estendida aos inativos. 4.Quanto à Gratificação Risco de Atividade de Defesa Civil, encontra-se prevista na Lei Complementar nº 059/2004, cujo art. 12 dispõe que tão-somente se aplica aos bombeiros militares que cumprirem determinados requisitos. Não é o caso. 5.Recurso conhecido e parcialmente provido - À Unanimidade." (Recurso de Agravo 154407-2/01, Relator Des. João Bosco Gouveia de Melo, 7CC, Julgado em 21.10.2008). (grifos nossos)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. ART. 40, §5º, DA CF/88. TUTELA ANTECIPADA. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA DE NATUREZA ALIMENTAR. ACLARATÓRIOS REJEITADOS. 1.Em se tratando de matéria de benefício previdenciário, por sua natureza alimentar, não se aplicam os óbices legais à concessão de liminares contra a Fazenda Pública. 2. No caso, a gratificação estendida e mantida aos proventos da embargada foi a concernente ao Policiamento Ostensivo. 3.Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga aos pensionistas e inativos. 4.Embargos conhecidos para fins de prequestionamento do disposto nos arts. 40, §§7º e 8º, 100, 169 e 195, §5º, da CF/88, 730 do CPC, 2º-B, da Lei nº 9.494/97, Lei Complementar Estadual nº 59/04, Lei Estadual nº 11.327/96 e Súmula 729 STF. 5.Aclaratórios rejeitados por unanimidade." (Embargos de Declaração 154614-7/02, Relator Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8CC, Julgado em 02/10/2008). (grifos nossos).

De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, *"e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo".*

Deveras, observo que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem *"as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96"*, compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

226

O teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas.

De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação "*aos proventos ou pensões dos referidos militares*", observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa.

Por isso, impõe-se a extensão aos inativos e pensionistas, da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo conferida aos policiais militares da ativa pela LC 59/04.

Desse modo, o reconhecimento do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário (art. 97, da CF/88).

Nesse sentido seguem as seguintes decisões monocráticas, proferidas por Ministros do Supremo Tribunal Federal em casos idênticos:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. NATUREZA JURÍDICA. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280 DO STF. AUMENTO DE REMUNERAÇÃO. LEI ESPECÍFICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. OFENSA À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA. 1. A repercussão geral pressupõe recurso admissível sob o crivo dos demais requisitos constitucionais e processuais de admissibilidade (art. 323 do RISTF). Consectariamente, se o recurso é inadmissível por outro motivo, não há como se pretender seja reconhecida a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso (art. 102, III, § 3º, da Constituição Federal). 2. O prequestionamento da questão constitucional é requisito indispensável à admissão do recurso extraordinário, sendo certo que eventual omissão no acórdão recorrido reclama embargos de declaração. 3. As Súmulas 282 e 356 do STF dispõem respectivamente: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada" e "O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento". 4. Os benefícios ou vantagens de caráter geral, concedidos aos servidores da ativa, são extensíveis aos inativos e pensionistas, nos termos do artigo 40,



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

227

§ 8º, da CF (redação decorrente da EC n. 20/98). 5. A ofensa a direito local não viabiliza o apelo extremo (Súmula 280 do STF). 6. O princípio da reserva de plenário resta indene nas hipóteses em que não há declaração de inconstitucionalidade por órgão fracionário do Tribunal de origem, mas apenas a interpretação e a conclusão de que a lei invocada não é aplicável ao caso em apreço. Precedentes: ARE 676.661-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, Dje de 15/05/2012; e RE 612.800-AgR, Rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, Dje de 05/12/2011. 7. In casu, o acórdão recorrido assentou: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM FACE DE DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO ART. 557, §1-A CPC. ALEGAÇÃO DE DESRESPEITO À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO INACOLHIDA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Já é entendimento pacífico no STF que os inativos e pensionistas têm direito à paridade de vencimentos com os servidores da ativa, considerando auto-aplicável tal preceito constitucional. Desnecessário, assim, discutir-se acerca da constitucionalidade do artigo 14 da Lei Complementar 59/04, inexistindo ofensa à cláusula de reserva de plenário. 2. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, 'e que, cumulativamente, estejam lotados na Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo'. Observa-se que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem 'as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96', compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade. Por isso, impõe a extensão aos inativos e aos policiais militares da ativa pela LC 59/04. 3. Recurso de agravo a que se nega provimento. 4. Decisão unânime." 8. Agravo a que se nega seguimento.

(...)

Por fim, não há falar em violação ao artigo 97 da Constituição Federal, por inobservância da cláusula de reserva de plenário, pois não se verifica declaração de inconstitucionalidade por órgão fracionário do Tribunal de origem, mas apenas a interpretação de que a lei invocada não é aplicável ao caso em apreço. Neste sentido, menciono os seguintes julgados:

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. 1) Vantagem de caráter geral: extensão aos inativos. Precedentes. 2) Natureza da gratificação. Impossibilidade de análise de legislação local. Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal. 3) Ausência de contrariedade ao art. 97 da Constituição da República. 4) Agravo regimental ao qual se nega provimento." (ARE 676.661-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, Dje de 15/05/2012)

(...)

Ex positis, nego seguimento ao agravo com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Publique-se. Int.. (ARE 686995, Relator(a): Min. LUIZ FUX, julgado em 15/06/2012, publicado em Dje-122 DIVULG 21/06/2012 PUBLIC 22/06/2012)



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

223

DECISÃO GRATIFICAÇÃO - NATUREZA - EXTENSÃO - POSSIBILIDADE - AGRAVO DESPROVIDO.

1. Incumbe ao agravante atentar para as balizas do acórdão impugnado mediante o extraordinário. A Corte soberana no exame da lei local e dos fatos dela decorrentes registrou que a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo foi genérica quanto aos destinatários, podendo ser estendido aos pensionistas e inativos. Ora, está-se diante de controvérsia cujo encerramento fica no âmbito da jurisdição do Estado federado. Não há questão constitucional a ser dirimida. 2. Conheço deste agravo e o desprovejo. 3. Publiquem. Brasília, 13 de abril de 2011. Ministro MARCO AURÉLIO Relator

(AI 782724, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, julgado em 13/04/2011, publicado em DJe-077 DIVULG 26/04/2011 PUBLIC 27/04/2011)

DECISÃO: vistos, etc. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão obstativa de recurso extraordinário, este interposto com suporte na alínea "a" do inciso III do art. 102 da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Acórdão assim ementado (fls. 119):

"RECURSO DE AGRAVO. INTEGRALIDADE DE PENSÃO POR MORTE, NELA INCLUÍDA A GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. RECURSO IMPROVIDO. 1. O pedido deduzido na ação mandamental de origem tem por fundamento a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio tempus regit actum), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica no STF. 2. Assim, o reconhecimento do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não havendo, pois, violação ao art. 97 da Carta Magna. 3. Ademais disso, os arts. 2º e 8º da Lei Estadual nº 59/04 apontam no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas. 4. De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação "aos proventos ou pensões dos referidos militares", observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais em a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa. 5. Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação anterior à EC nº 41/2003, que ampara o direito à paridade da pensão da agravada. 6. A decisão vergastada deixou claro o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça quanto à incorporação da gratificação de risco de policiamento ostensivo - conferida aos policiais militares da ativa pela LC 59/04 - aos inativos e pensionistas, em virtude do seu caráter geral, fazendo para tanto, referência a julgados de ambas as Câmaras Fazendárias. 7. Manutenção da decisão agravada, por seus próprios fundamentos, não elididos pelas razões recursais. 8. Recurso de Agravo improvido, à unanimidade."

2. Pois bem, a parte agravante sustenta violação ao inciso X do art. 37, aos §§ 7º e 8º do art. 40, bem como ao art. 97 da Magna Carta de 1988.

3. Tenho que o agravo não merece acolhida. Isso porque, para se chegar a conclusão diversa da adotada pela instância judicante de origem, se faz necessário o reexame da legislação local aplicada à espécie. Tal providência, contudo, é vedada neste momento processual, conforme a Súmula 280/STF.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

229

4. No mesmo sentido, veja-se o AI 795.765-AgR, sob a relatoria da ministra Cármen Lúcia.
5. De mais a mais, ressalto que a suposta afronta ao princípio da cláusula de reserva de plenário, inscrita no art. 97 da Constituição da República, é despicienda, dado que o aresto impugnado não afastou a aplicação de lei ou ato normativo do Poder Público. Isso posto, e frente ao art. 557 do CPC e ao § 1º do art. 21 do RI/STF, nego seguimento ao agravo. Publique-se. Brasília, 05 de abril de 2011. Ministro AYRES BRITTO Relator (AI 813018, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 05/04/2011, publicado em DJe-093 DIVULG 17/05/2011 PUBLIC 18/05/2011).".

Forte em tais razões, VOTO pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de agravo, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 6 de MAIO de 2014.


DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
RELATOR



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO : 06.05.14
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 318.804-9 : OLINDA
AGRAVANTE : FUNAPE – FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E
PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
AGRAVADO : ANSELMO SOARES DE LIMA FILHO
RELATOR : DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO DE LIRA

O RELATÓRIO SE ENCONTRA ÀS FLS. 223 DOS AUTOS.

O VOTO DO RELATOR SE ENCONTRA ÀS FLS.224/229 DOS AUTOS.

O DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES ACOMPANHOU O VOTO DO
RELATOR.

O DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA VOTOU DE FORMA
DIVERGENTE AO RELATOR.

DECISÃO

“POR MAIORIA DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO LEGAL.
VENCIDO O DES. FERNANDO CERQUEIRA”.
